



Vol. 5, No. 2, Spring 2008, 237-242

www.ncsu.edu/project/accontracorriente

Review/Resenha

Dale Torston Graden, *From Slavery to Freedom in Brazil. Bahia, 1835-1900*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2006.

Abolição e Resistência na Bahia

Keila Grinberg

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Apesar da importância historiográfica assumida pelos estudos da escravidão brasileira nos Estados Unidos, são relativamente poucos os trabalhos em inglês sobre o período de sua extinção. Mais raros ainda são os estudos que abordam o processo de abolição da escravidão no Brasil em uma região específica. Este é o tema de *From Slavery to Freedom in Brazil. Bahia, 1835-1900*, recente livro de Dale Torston Graden, e um de seus principais méritos.

Não é à toa que a Bahia do século XIX vem atraindo tanto interesse de estudiosos. Em fins do século XVIII, a província viveu um *boom* econômico sem precedentes, resultado da alta internacional do preço do açúcar decorrente da queda na produção de São Domingos, que levou também ao aumento na importação de escravos africanos. Nesta época,

cerca de um quinto da população brasileira vivia na Bahia, quase todas concentradas em Salvador e nos engenhos e pequenas cidades do Recôncavo. Salvador sozinha tinha cerca de 60.000 habitantes (era a segunda maior cidade do Império Português, depois de Lisboa¹), das quais pelo menos dois terços eram negros e mulatos, dentre escravos e livres. Com a contínua importação de africanos, a participação destes no quadro demográfico da cidade aumentou consideravelmente ao longo do século XIX. As estimativas consideram que, em 1807, negros e mestiços fossem cerca de 80% da população da cidade. Em 1835, eles eram 72,2%, em um quadro de cerca de 65.500 habitantes. Destes, 22.000 eram africanos, representando 33,6% do total. A maioria destes africanos era composta de escravos; de fato, o número de escravos africanos na cidade de Salvador em 1835 era igual ao número de pessoas brancas. Se fossemos contar a população escrava como um todo, entre africanos e nascidos no Brasil, pode-se dizer que cerca de metade de todos os habitantes de Salvador em 1835 eram escravos.²

Diante deste quadro, não chega a causar espanto que a população africana e afrodescendente tenha protagonizado uma série de rebeliões e atos de resistência, das quais a que teve maior projeção e importância foi justamente a dos Malês—principal revolta escrava urbana das Américas, que consistiu na tentativa organizada por africanos muçulmanos escravizados, da qual também participaram escravos e libertos nascidos no Brasil, de tomar a cidade de Salvador—, escolhida como marco inicial do livro de Graden.³

Alinhando-se à tradição de bons estudos *brazilianistas* sobre a escravidão e o pós-abolição na Bahia, inaugurada por Stuart Schwartz e seguida por, entre outros, Barry Barickman, Mieko Nishida, Hendrik Kraay e Kim Butler, Graden, com o propósito de analisar a resistência à

¹ István Jancsó, *Na Bahia, Contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec, 1996, 57.

² Mariza Soares e Ricardo Salles, *Episódios de História Afro-Brasileira*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

³ A revolta dos malês é tema do já clássico estudo de João José Reis, *Slave Rebellion in Brazil: Muslim Uprising of 1835 in Bahia*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995. Ver também a recente edição brasileira, substancialmente aumentada: *Rebelião Escrava na Bahia: a história do levante dos malês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

escavidão engendrada pelos próprios escravos, traça um amplo panorama do processo de abolição da escravidão na Bahia.⁴ Partindo da eclosão da Revolta dos Malês, em 1835, marco simbólico da resistência africana nas Américas—e também de intensificação à repressão às manifestações políticas, culturais e religiosas de escravos, principalmente africanos—, o livro segue até 1900, quando, passados doze anos da abolição, a principal questão enfrentada por libertos era a sua própria inserção social em um mundo que começava a mudar rapidamente.

Escrito em linguagem simples e didática, que facilitará sua adoção entre estudantes universitários, o livro é dividido em quatro partes, cada uma abordando um momento-chave da resistência escrava baiana no século XIX: os anos de 1850 e 1851, quando foi extinto o tráfico atlântico de escravos para o Brasil; o ano de 1871, quando foi promulgada a chamada “Lei do Ventre Livre”, que, ao proclamar livres todas as crianças nascidas do ventre escravo a partir de então, decretou que ninguém mais nascia escravo no Brasil; 1888, ano da abolição propriamente dita; e 1888-1900, início do processo denominado pós-abolição. Estes momentos-chave, por sua vez, são analisados a partir de diferentes perspectivas sobre o tema: no caso da discussão sobre o fim do comércio atlântico de escravos, a posição dos ingleses e a posição dos brasileiros (incluindo, entre eles, as opiniões e ações dos escravos); ao analisar os episódios da abolição, enfatiza a existência de três fases do processo, e daí em diante.

Neste sentido, o livro propõe-se a ampliar a compreensão sobre o fim da escravidão na Bahia através do enfoque em cinco argumentos: em primeiro lugar, o de que as ações dos escravos ao resistirem à escravidão foram fundamentais para a cessação do tráfico atlântico de escravos africanos para a Bahia; em segundo lugar, o de que as atitudes

⁴ Stuart Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985; B. J. Barickman, *A Bahian Counterpoint: Sugar, Tobacco, Cassava and Slavery in the Reconquest, 1780-1860*. Stanford: Stanford University Press, 1998; Mieko Nishida, *Slavery and Identity: Ethnicity, Gender, and Race in Salvador, Brazil, 1808-1888*. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 2003; Hendrik Kraay, *Race, State and Armed Forces in Independence-Era Brazil. Bahia, 1790s-1840s*, Stanford: Stanford University Press, 2001 and *Afro-Brazilian Culture and Politics: Bahia, 1790s to 1990s*. London: M.E. Sharpe, 1998; Kim Butler, *Freedoms Given, Freedoms Won: Afro-Brazilians in Post-Abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1998.

abolicionistas de militantes negros e mulatos que, agregados às ações dos escravos, começaram a agir desde meados da década de 1860, intensificando o combate ao longo das décadas de 1870 e 1888. Estes dois fatores teriam sido impulsionados justamente a partir do terceiro argumento: o de que a guerra entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai (1865-1870), vencida pelos três primeiros, teve um impacto devastador na Bahia, especialmente nas relações escravistas, quando vários homens negaram-se a ir ao *front* e outros tantos voltaram de lá empobrecidos e doentes. O quarto e o quinto argumento abordam, especificamente, a ação abolicionista engendrada por homens livres e pobres, sobre os quais a historiografia tradicional, mais afeta a ressaltar os nomes de grandes abolicionistas, nada teria falado. Este seria o caso dos muitos libertos e descendentes de escravos, na Bahia, e sua participação em movimentos de massa contemporâneos, como o de Canudos, liderado por Antônio Conselheiro, e de abolicionistas radicais como o poeta Antonio Castro Alves e Eduardo Carigé.

Se a ampla extensão temporal e a grande variedade de temas abordados dentro deste marco cronológico ajudarão àqueles pouco familiarizados com a história do Brasil a perceber as grandes mudanças ocorridas na sociedade brasileira—principalmente a baiana—ao longo do século XIX, a passagem rápida por alguns dos assuntos talvez não seja suficiente para saciar os leitores desejosos de discussões mais profundas. Este é o caso, por exemplo, da interessante discussão a respeito do abolicionismo baiano. Segundo o autor, o abolicionismo não teria vingado na Bahia, tanto pelo baixo número de alforrias no Recôncavo quanto pela ausência de imigrantes europeus. Além do fato da presença de imigrantes europeus não ser, em si, garantia suficiente do surgimento do movimento abolicionista em outras províncias brasileiras, cabe ressaltar—como o faz o autor, inclusive—a importância assumida pelos processos judiciais de liberdade (em várias províncias, inclusive a baiana), na configuração de um abolicionismo *legal*: aquele em que escravos e advogados usam a Justiça para reivindicar o direito de escravos à libertação.⁵ O mesmo pode ser dito

⁵ Sobre as ações de liberdade no Brasil, ver, entre outros, Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990; Keila Grinberg, *Liberata: a lei da*

em relação à análise sobre o movimento de Canudos, denominada “último quilombo” pelo autor. Movimento religioso liderado por Antonio Conselheiro que levou milhares de pessoas ao interior da Bahia no fim do século XIX, Canudos foi brutalmente reprimido pelas autoridades em 1897, quando a abolição já tinha acontecido e a república já tinha sido proclamada (1889). Graden, enfatizando a necessidade de se analisar o fenômeno de Canudos no contexto da história baiana, sugere que a violência e a crueldade com que o povoado foi destruído têm relação com a grande presença de negros e mulatos entre os seguidores de Antonio Conselheiro. Embora a existência de escravos e libertos entre os habitantes de Canudos ainda nos tempos da escravidão—e de negros e mulatos quando da repressão—já tenha sido corretamente apontada pela historiografia, a conexão entre este fenômeno e a destruição do povoado ainda está por ser aprofundada, haja vista, inclusive, a violência que caracterizou a repressão a todos os movimentos sociais ocorridos no Brasil de então, envolvendo ou não escravos, libertos e seus descendentes.

Da mesma maneira, em algumas ocasiões a força do argumento principal—e inquestionável—do autor, o de que as diversas formas de resistência escrava foram fundamentais para a intensificação do processo de abolição da escravidão, não só da Bahia, mas do Brasil como um todo,⁶ impede que algumas especificidades sejam analisadas. No capítulo cinco, por exemplo, Graden pretende demonstrar que o candomblé seja uma resistência ativa contra a escravidão. Embora o candomblé seja, inegavelmente, reinvenção cultural dos africanos na Bahia, não se verifica, empiricamente, de que maneira o candomblé teria de fato sido uma faceta da resistência à escravidão, com ligações concretas com o movimento abolicionista. Isto não significa, evidentemente, que o candomblé não tenha despertado grande temor por parte de proprietários e das autoridades

ambigüidade—as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994; Hebe Mattos, *Das Cores do Silêncio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; para o caso da Bahia, ver, especificamente, Ricardo Tadeu Caíres. *Os escravos vão à Justiça*. Salvador, Ba.: Dissertação de Mestrado: UFBA, 2000.

⁶ Argumento semelhante, relativo ao protagonismo escravo nas últimas décadas da escravidão na Bahia, é desenvolvido por Walter Fraga Filho, em *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, 87.

locais, que reprimiam sistematicamente qualquer manifestação associativa de tradição africana na Bahia.⁷

As observações sobre estes pontos, no entanto, de nada invalidam a narrativa do livro, que pretende situar a abolição da escravidão no Brasil no quadro mais amplo da expansão capitalista ocidental. Ao contrário: justamente por recusar argumentos unívocos, o livro tem a virtude de gerar questionamentos para pesquisas e leituras futuras. Da mesma forma, pode-se dizer que o objetivo principal do livro tenha sido plenamente alcançado; afinal, inserir os homens e mulheres escravos e libertos no centro da narrativa sobre a abolição da escravidão no Brasil é essencial para a compreensão de um fenômeno que, tanto do ponto de vista historiográfico quanto político, continua despertando paixões. A leitura de *From Slavery to Freedom in Brazil—Bahia, 1835-1900* não deixa dúvidas sobre o grande envolvimento do autor com seu objeto de estudo. Quem ganha é o leitor.

⁷ João José Reis, “Nas Malhas do Poder Escravista: a invasão do candomblé do Accú”, in J. J. Reis e E. Silva, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 e “Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia oitocentista”, in *Afro-Ásia* 34 (2006): 237-313; Luis Nicolau Pares, *A Formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.